



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
sábado • 21 de dezembro de 2013

Município deve abster-se de realizar eventos festivos

O Promotor de Justiça Dr. Peterson Almeida Barbosa, atuando na Curadoria do Patrimônio Público, propôs Ação Civil Pública (ACP) em face do Município de Telha. O objetivo é preservar o Erário no que diz respeito à realização de eventos festivos. Nas comemorações dos 50 anos de emancipação política, seriam gastos R\$ 180.000,00 com apenas uma atração artística. O Poder Judiciário já deferiu antecipação dos feitos da tutela (ordem liminar).

Segundo Dr. Peterson, houve “violação ao princípio da razoabilidade na escolha de políticas públicas e aplicação dos recursos municipais”. Para se ter uma ideia, os servidores públicos municipais ainda não receberam as remunerações correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2012. Conforme a Petição Inicial, durante o ano de 2013, os “salários” também vêm sofrendo reiterados atrasos.

Através de ofício, o prefeito de Telha, Domingos dos Santos Neto, justificou os “atrasos e débitos em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelo município, ao tempo em que comprometeu-se a pagar os salários não quitados da seguinte forma: o mês de novembro de 2012 seria depositado no dia 30 de dezembro corrente, e o mês de dezembro de 2012 parcelado em 30 (TRINTA) vezes”. Apesar disso, a festa de emancipação (dias 19 e

20 de dezembro) contaria com uma atração de renome nacional: a banda “Aviões do Forró”. E há um detalhe, de acordo com a transcrição do trecho a seguir, extraído da Peça Inaugural da ACP:

“Nesse toar, através de ofício acostado aos autos, informou-nos o Sr. Prefeito Domingos dos Santos Neto acerca da inexistência de procedimento de licitação ou justificação de inexigibilidade com tal escopo, em que pese a programação amplamente divulgada discrimine dia e hora para a apresentação de tais artistas, sendo de conhecimento geral a necessidade de antecipação de recursos para reserva de data na negociação de bandas deste jaez. De outra banda, nada fora mencionado acerca da origem do dinheiro a ser dispendido para a futura contratação, o que leva a crer esteja ela afeta aos cofres municipais.”

E completa: “Considerando a desarrazoabilidade de tais contratações dada a crise financeira por que passa o município de Telha de tão poucos recursos, em situação de emergência há menos de um mês e com dificuldades até para adimplir com o pagamento dos salários de seus servidores, só resta ao Ministério Público buscar albergue judicial para evitar o descaço com a coisa pública e a utilização indevida dos recursos públicos”.

Atendendo aos Pedidos do Ministério

Público, o Juiz de Direito Dr. Evilásio Correia de Araújo Filho determinou ao demandado que “se abstenha de utilizar recursos dos cofres públicos municipais de Telha para a contratação de bandas e/ou grupos artísticos para a realização de shows e eventos festivos, enquanto perdurar a situação de inadimplemento de quaisquer parcelas de salários de servidores públicos municipais, contratados e fornecedores, sob pena de multa única e pessoal ao Sr. Domingos dos Santos Neto, ora Prefeito Municipal, no valor de R\$ 180.000,00.

Também foi decidido, em consonância com as postulações Ministeriais, que sejam oficiados o Delegado de Polícia Civil local e o Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar, no sentido de inibir qualquer festividade patrocinada pelo município, até segunda ordem. O réu ainda deverá trazer aos autos do processo a relação dos servidores, funcionários contratados e ocupantes de cargos comissionados que se encontram com salários pendentes, devendo, para tanto, discriminar o valor global da dívida, e trazer cópia de demonstrativos dos valores repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

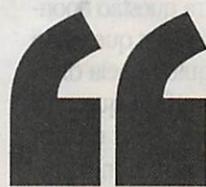
Capitão Samuel continua fiscalizando os batalhões da PM

O deputado estadual Capitão Samuel (PSL), percorreu o município de Propriá e visitou o Segundo Batalhão da PM (2º BPM). As cobranças do parlamentar e os alertas em relação à falta de efetivo da corporação tem sido constantes em seus pronunciamentos, tanto na tribuna da Assembleia Legislativa quanto nos veículos de comunicação em Sergipe.

O deputado em visita à cidade foi ao Batalhão de Polícia e na delegacia do município, se deparando com diversas irregularidades. “Encontramos escalas com apenas um policial militar na delegacia. Estas escalas vou emitir um ofício comunicando o MP – Ministério Público do Estado, para que não ocorra mais esse tipo de situação. Isso

coloca em risco a vida do militar, além de não proporcionar segurança à sociedade. É importante ter consciência que não se pode escalar em hipótese nenhuma apenas um militar em nenhum posto de serviço”, alertou o deputado.

Ainda de acordo com o deputado, foram encontrados vários erros administrativos em relação a aposentadoria de alguns militares que com ele conversaram e diante não esclareceu que irá disponibilizar assessoria jurídica no sentido de resolver os problemas dos companheiros militares. “Encontramos também erros de procedimentos administrativos, vamos mobilizar nossa assessoria jurídica e entrar juntamente com o policial militar na Justiça buscando



Encontramos erros de procedimentos administrativos no interior”

Capitão Samuel |
Deputado estadual

resolver o problema da aposentadoria de cada um”, declarou Samuel Barreto.

O parlamentar acrescenta, ainda, que nenhum militar ao completar 30 anos de serviço pode ser obrigado a continuar

na ativa. “Ao completar 30 anos de serviço, em hipótese alguma o militar poderá ser obrigado a continuar na ativa. Se desejar se aposentar ele tem que ir para reserva e esperar os procedimentos em casa”, afirma Samuel, que diz ter militares sendo obrigados a permanecerem na ativa.

O Capitão Samuel finalizou afirmando que todas essas denúncias serão levadas à Justiça e continuará fiscalizando as irregularidades sofridas pelos militares em todo o Estado. “Vamos à Justiça para resolver, vamos continuar com as visitas de fiscalização nas unidades durante o recesso parlamentar, buscaremos as dificuldades da tropa e brigaremos para encontrar as soluções”, concluiu o deputado.